

FRANCISCO SUÁREZ

# Disputas Metafísicas

XXVIII - XXIX - XXX

**EDIÇÃO BILÍNGUE**

*Introdução, Tradução e Notas*

CESAR RIBAS CEZAR

*Demonstração da existência de Deus*

*1ª Edição  
2023*

  
MADAMU

Copyright © 2023 by Editora Madamu

1ª edição 2023, Editora Madamu

*Editores*

Marcelo Toledo e Valéria Toledo

*Revisão*

Equipe Madamu e Cesar Ribas Cezar

*Projeto Gráfico*  
KOPR Comunicação

*Impresso no Brasil.*

*Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.*

*Todos os direitos desta edição são reservados à Editora Madamu*

*Rua Terenas, 66, conjunto 6, Alto da Mooca, São Paulo, SP*

*CEP 03128-010 - Fone: (11) 2966 8497*

*www.madamu.com.br*

*E-mail: leitor@madamu.com.br*

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
DISPUTAS METAFÍSICAS .....	47
Disputa XXVIII.....	49
Disputa XXIX.....	117
Disputa XXX .....	243
<i>Sobre o tradutor .....</i>	<i>768</i>

S939d Suárez, Francisco (1548-1617).

Disputas Metafísicas XXVIII - XXIX - XXX / Francisco Suárez; Introdução, Tradução e Notas de Cesar Ribas Cezar. 1ª. ed. - São Paulo: Editora Madamu, 2023.

768p., 18 x 28 cm

Título original: *Disputationes metaphysicae*

ISBN 978-65-86224-45-0

1. Filosofia Medieval Ocidental. 2. Religião. I. Título.

CDD: 189.4

CDU: 165.612

### Índice para catálogo sistemático:

1. Filosofia 2. Religião

189.4

## AGRADECIMENTOS

**E**m continuidade ao projeto de editar pela primeira vez em Língua Portuguesa as *Disputas Metafísicas* de Francisco Suárez, apresentamos ao leitor brasileiro as disputas XXVIII, XXIX e XXX traduzidas pelo professor Cesar Ribas Cezar, a quem endereçamos nosso primeiro agradecimento.

Cumpre-nos agradecer igualmente aos professores Michael Renemann e Salvador Castellote Cubells, por autorizarem a reprodução do texto latino em nosso projeto.

Finalmente, um agradecimento especial pelo apoio que sempre recebemos do professor Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento, incansável incentivador de publicações como esta que ora apresentamos ao nosso leitor.

*Editora Madamu, em julho de 2023.*

## Introdução às Disputas XXVIII, XXIX e XXX

A metafísica, segundo Francisco Suárez, é a ciência que trata do ente real enquanto tal (DM I 1, 26)<sup>1</sup>. Ela pode ser dividida em duas partes: uma geral, que trata do ente real em geral, explicando seu conceito comum (DM II), as propriedades do ente real em geral — um, verdadeiro e bom (DM III-XI) e as causas do ente real em geral — causa material, formal, eficiente e final (DM XII-XXVII); outra mais específica, que trata não do ente real em geral, mas de determinados tipos de entes. Essa parte estabelecerá uma classificação dos tipos de entes reais, explicando paralelamente como cada um deles é um ente real. Essa classificação começa com a divisão do ente real em finito e infinito, que é a mais fundamental delas, e continua com a divisão do ente finito em substância e acidentes, a da substância em material e não-material e a dos acidentes em seus diversos tipos (quantidade, qualidade, relação; etc.) (DM XXVIII-LIII). Essa ciência termina tratando dos entes de razão, entes que não são propriamente reais, mas são pensados como se fossem, de modo a não faltar nada para o esclarecimento de seu objeto (DM LIV).

Assim, depois de estabelecer a divisão do ente real em finito e infinito, Suárez vai explicar o que é o ente infinito e o ente finito DM XXVIII-XXXI. Dessa maneira, a Disputa que trata diretamente da divisão do ente em finito e infinito (DM XXVIII) é seguida pelas Disputas que tratam das demonstrações de que Deus é (DM XXIX) e dos atributos de Deus (DM XXX). Essas três disputas formam uma unidade, pois não é possível explicar como o ente real pode ser dividido em finito e infinito sem mostrar que Deus realmente é e não se pode falar “se Deus é” de modo totalmente separado do “o que Deus é” e do “como Deus é”. Essas três Disputas, portanto, tratam da mesma coisa, mas como nossa mente é limitada e nesta vida não a conhece diretamente nem tem um conceito adequado dela, é preciso dividir a questão em várias e avançar por meio de um discurso metódico e ordenado, pois nesta vida só conhecemos Deus por meio de conceitos inadequados e como que dando voltas em torno da coisa (DM XXIX, introdução, 2; DM LIV).

---

1. Abreviação: DM I 1, 26 = SUÁREZ, Francisco. *Disputationes Metaphysicae*. Disputa 1, seção 1, nº 26.

*Disputa XXVIII**Seção I*

A Disputa XXVIII é dividida em três questões. A primeira pergunta se é correta a divisão do ente real em finito e infinito e se há outras divisões equivalentes a essa.

Aparentemente não. Primeiro porque os termos “finito” e “infinito” significam “ter limite” e “não ter limite”; ora, parece que só aquilo que tem extensão propriamente tem um limite ou não; portanto, parece que os termos “finito” e “infinito” só significam propriamente algo quando aplicados a coisas extensas, ou seja, parece que esses termos não significam nada quando aplicados a entes não-extensos. Mas há entes reais não-extensos (por exemplo, o intelecto humano). Logo, não é possível distinguir todos os entes reais entre os finitos e os infinitos e não é correta tal divisão do ente real (DM XXVIII 1, 1). Segundo porque a primeira divisão do ente deveria ser clara; mas não é fácil mostrar que há um ente infinito nem é evidente o significado do termo “pura e simplesmente infinito”; portanto, essa não seria a primeira divisão do ente real (DM XXVIII 1, 2).

Essas duas dificuldades se referem a um mesmo problema: essa divisão parece ser um mero jogo de palavras, quando usada para os entes reais em geral. O termo “finito”, com efeito, tem origem nos corpos e parece que através dele só significamos algo real, se usado para indicar uma coisa extensa enquanto limitada por outras coisas extensas. Além desse uso, parece que não significamos nada real. E parece que significamos ainda menos por meio do termo “infinito”. Já não é muito claro o que significamos por meio do termo “infinito” ao nos referir aos corpos. É ainda menos claro ao nos referimos a coisas não-extensas. Assim, na melhor das hipóteses, as coisas extensas poderiam ser divididas em finitas e infinitas, mas não os entes reais em geral, pois tais termos não parecem significar nada real além das coisas extensas. Dividir o ente real em finito e infinito, portanto, parece ser sem sentido.

Para Suárez, entretanto, essa divisão é correta e é a primeira das divisões do ente real, pois através dela o ente real é dividido entre Deus e as criaturas. De fato, nesta vida não temos conceitos positivos adequados de Deus. Mas podemos conhecê-Lo por meio de conceitos inadequados e negativos. Abstraímos das coisas criadas aquilo que lhes é comum, isto é, aquilo que as caracteriza como “criadas”, por ex., que todas dependem de outra coisa para ser. Em seguida, removemos essa característica comum às criaturas e obtemos um conceito negativo “ente não-dependente”. Através desse conceito negativo não temos um conhecimento positivo ou adequado de Deus, isto é, continuamos a não saber positivamente o que é em si um ente que é de modo independente, mas conseguimos pensar num ente real distinto de todas as criaturas (DM XXVIII 1, 3). Dessa maneira podemos obter, de um lado, conceitos comuns ao ente criado (ente que tem causa, que pode ser distinguido em

gêneros e espécies, que é composto etc.) e, de outro, conceitos negativos, que não se aplicam a nenhum ente criado (ente que não tem causa, que não é dividido em gênero e espécie, que não tem composição etc.). Dentre eles, obtemos de um lado o conceito comum a todas as criaturas de ente finito e de outro o conceito negativo de ente não-finito e, assim, podemos dividir o ente real em finito e infinito. Tal divisão é correta, porque ela esgota o ente real, isto é, não se pode pensar em nenhum ente real que não seja nem finito nem infinito. Ela é a primeira ou mais fundamental das divisões no sentido em que os membros da divisão são ao máximo distantes um do outro e, assim, exprimem melhor a distância entre Deus e as criaturas (DM XXVIII 1, 4; DM IV 8, 6-10). Mas tal divisão não é a primeira no sentido em que ela é a mais manifesta para nós, pois nos é mais manifesto aquilo que é mais próximo dos dados sensíveis e requer-se uma longa argumentação para mostrar que Deus é e que sua essência ou entidade é infinita. (DM XXVIII 1, 5; DM XXVIII 1, 20).

De fato, os termos “finito” e “infinito” são tirados das coisas extensas. Nossos conceitos são obtidos a partir dos sentidos e dos corpos. Assim, o conceito “finito” surge quando observamos que um corpo atinge um limite e não se estende além. Também o conceito “maior” é obtido quando observamos que um corpo se estende além do limite atingido por outro corpo. E se pensarmos num corpo que se estende indefinidamente, que não é limitado nem ultrapassado por nenhum outro, diremos que ele é “infinito em extensão”. Mas somos capazes de transferir o uso desses termos do corpóreo para o incorpóreo e descrever por meio deles coisas incorpóreas. Assim, somos capazes de conceber uma virtude, por exemplo, a memória, como uma certa amplidão e dizer que uma virtude é “maior” do que a outra, como se ela ultrapasse os limites espaciais da outra, quando ela faz mais coisas que a outra. Assim também somos capazes de conceber o próprio ente como uma certa amplidão e comparar um ente com outro, como se um ultrapassasse os limites do outro, na medida em que um ente ultrapassa as perfeições do outro. Dessa maneira dizemos, por exemplo, que um ente vivo e inteligente é “maior” do que o ente que só é vivo, pois tem uma perfeição, a inteligência, que o outro não tem. E se pensarmos num ente que possui em si toda a amplidão do ente, isto é, que possui todas as perfeições possíveis, ele será chamado “ente pura e simplesmente infinito”. O conceito “ente pura e simplesmente infinito” é, portanto, negativo, pois continuamos a não saber o que é positivamente um tal ente, só sabemos que ele é não-limitado. E ele é obtido por transferência do seu sentido originário nas coisas extensas. Mas, mesmo sendo negativo e metafórico, concebemos algo real por meio dele. Assim, os termos “finito” e “infinito” podem ser usados para descrever os entes em geral e a divisão dos entes em finito e infinito não é necessariamente um mero jogo de palavras (DM XXVIII 1, 18).

Essa divisão de fato também não é imediatamente clara para nós, mas isso não significa que ela sempre é vazia de sentido para nós. Uma vez mostrado pela argumentação que há um Deus e que ele é pura e simplesmente infinito fica claro

que essa divisão em si é a primeira, pois manifesta melhor a distância entre Deus e as criaturas (DM XXVIII 1, 20).

Como a divisão do ente real em finito e infinito não é para nós imediatamente evidente, convém apresentar primeiro outras divisões do ente real, que, embora na coisa mesma sejam equivalentes a essa, são mais evidentes para nós, ao ser colocada em outros termos e conceitos (DM XXVIII 1, 6).

A divisão do ente real mais evidente para nós parece ser aquela em “ente de si” e “ente de outro”. É empiricamente manifesto que há entes que não existiriam se não recebessem seu ser de outro. Com efeito, observamos que há entes que não existiam e passam a existir. Ora, o que não existia não pode produzir a si mesmo. Portanto, tal ente só veio a existir porque recebeu seu ser de outro. Mas também é evidente, que nem todos os entes podem ser de outro. Com efeito, se cada indivíduo de uma espécie só existe porque recebeu seu ser de outro, então a espécie inteira recebeu o ser de outro. Não há como os indivíduos de uma espécie dependerem de outro para ser e a espécie ser independente, pois a espécie só existe em seus indivíduos. Em outras palavras, não há como todos os membros de um conjunto terem uma determinada característica e o conjunto ter a característica contrária, pois, segundo Suárez, o conjunto não tem um ser distinto do ser dos indivíduos dele. Logo, se os indivíduos de uma espécie não têm seu ser de si, a espécie inteira não tem ser de si. E ela não pode ser originada de um indivíduo dessa mesma espécie, pois tal indivíduo teria ser de si e, portanto, não seria da mesma espécie. É preciso, conseqüentemente, que haja algum outro ente do qual surgiu a espécie. Esse outro ente, por sua vez, ou tem seu ser de outro ou tem seu ser de si. Se de si, então já é mostrado que os entes reais podem ser divididos em ente de si e ente de outro. Se de outro, então há um terceiro ente do qual esse segundo recebeu seu ser. Mas não se pode ir ao infinito nessa série de entes a partir de outro. Se fosse assim, haveria um conjunto infinito de entes que só existem a partir de outro; assim, porém, esse conjunto inteiro só existiria a partir de outro, pois um conjunto de indivíduos não pode ser de um modo distinto do modo de ser de seus membros individuais; portanto, para ser tal conjunto precisaria de outro ente do qual receberia seu ser; portanto, não é possível a existência de uma série infinita de entes a partir de outro sem a existência de um ente cujo ser não foi recebido de outro. Logo, é preciso a existência de um ente de si mesmo para explicar a existência de entes cujas existências são recebidas de outro. Mas, como vimos acima, é evidente que existem entes a partir de outro. Portanto, há um ente a partir de si. Os entes reais, conseqüentemente, são divididos em entes de si e entes de outro (DM XXVIII 1, 6).

É preciso observar que as expressões “ser de si”, “origem de si”, ou mesmo “causa de si” não significam que no mesmo ente há como que dois entes, como se um fosse origem ou causa do ser do outro, pois só há um mesmo ente. São expressões no fundo negativas, que significam somente que tal ente não é como os entes da experiência que recebem seu ser de outro (DM XXVIII 1, 7). Como já dissemos, o uso

de tais expressões negativas não significa que tenhamos um conhecimento direto e positivo do “ente de si”. Só indica que sabemos que há algo, que não é como os “entes de outro” da experiência. Também é preciso observar que não foi demonstrado que há um único ente de si, mas somente que há algum ente de si. A demonstração de que é único depende de outras razões e ficará para depois (DM XXVIII 1, 13).

Equivalente a essa divisão é a divisão do ente real em necessário e contingente. O termo “ente necessário” é entendido como aquele ente que é de um modo tal que não poderia não ser e “ente contingente” como aquele ente que é de um modo tal que, quando é, poderia não ser. Ora, se há algum ente que é de si, ele é necessário, pois não pode não ser, já que ele mesmo não retiraria seu próprio ser e outro também não, pois ele não depende de outro para ser. Mas já foi mostrado acima que há algum ente de si. Logo, há algum ente necessário. Além disso, se há entes que são de outro, eles em si são contingentes, pois, como só são ao receber ser de outro, não têm em si mesmos seu ser e, portanto, em si podem não ser. Mas também já foi mostrado que há entes de outro. Logo, há entes contingentes (DM XXVIII 1, 8). Mesmo que esses recebessem seu ser de modo necessário, isto é, mesmo que a causa deles os produzisse de modo necessário, eles continuariam a ser em si contingentes, pois a necessidade de ser deles seria algo extrínseco a eles (DM XXVIII 1, 11). Assim, os entes reais também podem ser divididos em necessários e contingentes. Na coisa essa divisão é a mesma que a anterior, embora o modo como é concebida e é expressa seja diferente e a demonstração dela para nós suponha a anterior (DM XXVIII 1, 12).

Em terceiro lugar, é equivalente também a divisão do ente real em ente por essência e ente por participação. Entende-se “ente por essência” como aquele que por si mesmo e por sua essência não recebe seu ser de outro ou cujo ser não é participado de outro e entende-se “ente por participação” como aquele cujo ser é comunicado ou participado de outro. Portanto, ser por essência é o mesmo que ter ser de si e ser por participação é o mesmo que ter ser de outro. E assim como não é possível explicar a existência de entes de outro por meio de uma série infinita de entes de outro, também não é possível explicar a existência de entes por participação por meio de uma série infinita de entes por participação, sendo preciso colocar um ente por essência no início. Ora, como já vimos, é empiricamente evidente que existem entes por participação nesse sentido. Portanto, é preciso haver algum ente por essência. Que ele é único, será mostrado depois (DM XXVIII 1, 13).

É importante observar aqui, que também a expressão “ente por essência” é negativa e significa somente que tal ente não é como os outros entes da experiência, cujo ser é participado de outro. Essa expressão não significa de modo algum que tal ente seria primeiro como que uma essência e que dessa decorreria a existência dele. Com efeito, como vimos acima, expressões “origem de si” ou “causa de si” não significam que há no mesmo ente como que dois entes, um que seria a origem ou a causa do outro, mas que esse ente não tem uma origem ou causa como os outros entes. O mesmo ocorre

aqui. Uma duplicação do “ente por essência” em essência e existência seria, portanto, tão absurda para Suárez quanto aquela duplicação do mesmo “ente de si” em dois entes.

Em quarto lugar, essa mesma divisão do ente real pode ser concebida e expressa nos seguintes termos: o ente incriado ou criado. “Criado” significa o ente que para ser depende de outro por meio daquela dependência chamada “criação”, isto é, quando algo é produzido a partir do nada e “incriado” significa aquele ente que não depende desse modo para ser. Assim, o ente que é de si é incriado, pois ele não depende de outro para ser de nenhum modo e, portanto, não depende de outro desse modo chamado criação. E como todos os entes que dependem de outro para ser, dependem desse modo particular, então todos os entes de outro podem ser ditos criados (DM XXVIII 1, 14).

Em quinto lugar, o ente real pode ser dividido em ente totalmente em ato e ente em potência. Mas “ente em ato” e “ente em potência” podem ser entendidos de dois modos. Primeiro em relação à existência do ente. Assim, “ente em ato” é aquele que existe em ato e “ente em potência” é aquele que pode existir. Ora, o ente que é de si ou por essência não pode não existir de nenhuma maneira, pois não há nele nenhuma potência intrínseca para não ser nem uma potência extrínseca capaz de retirar dele o ser; portanto, quanto à existência ele é totalmente atual ou ato puro, pois nele não há nenhum modo de ser meramente em potência. E os entes que são a partir de outro ou por participação, ainda que existam atualmente, em si mesmos podem não existir, pois dependem de outro para ser; portanto, quanto à existência são em si entes em potência. Nesse sentido é evidente que o ente real pode ser dividido em totalmente em ato e ente em potência (DM XXVIII 1, 15).

“Ente em ato” e “ente em potência”, entretanto, podem ser entendidos também em relação a alguma capacidade passiva, a qual implica alguma imperfeição do ente em questão. Por exemplo, o ser humano tem a capacidade de conhecer um teorema matemático, mas não o conhece sempre; quando ele não o conhece, ele está “em potência” quanto a esse conhecimento, e quando o conhece, está “em ato”. Tal capacidade é uma perfeição do ser humano na medida em que por meio dela ele é capaz de ter atos que outros entes não são capazes (por ex. as pedras), mas ela não é perfeição total, já que não está sempre em ato e que é sob certo aspecto passiva, pois exige a ação de outra coisa para que passe da potência para o ato. Nesse sentido, tal potência é uma imperfeição do ser humano (DM XXVIII 1, 15). Ora, o ente que é de si não pode ser “ente em potência” também nesse segundo sentido. Com efeito, para que um ente seja em potência nesse sentido é preciso que ele tenha a capacidade de passar da potência para o ato e, portanto, é preciso que haja nele algo meramente potencial ou passivo, já que não há tal passagem, se ele for totalmente atual. Mas para que essa capacidade seja real, é preciso também que haja algo que cause a passagem da potência para o ato, pois o que é meramente potencial não pode por si mesmo tornar-se ato e não se pode falar de uma capacidade real, se a atualização dessa capacidade

é impossível. Assim, para que o ente de si ou por sua essência seja em potência nesse sentido, seria preciso, por um lado, que ele tivesse algo meramente potencial e, por outro lado, que houvesse uma causa eficiente que causasse a passagem da potência para o ato. Mas, se ele é ente de si e por sua essência, ele não pode depender de outro para ser o que ele é; conseqüentemente, não há nele nada meramente potencial ou passivo, que pudesse ser levado ao ato por outra coisa. Portanto, ele é ato puro também nesse segundo sentido. Também é empiricamente evidente que há entes em potência nesse segundo sentido. O ser humano, como dissemos acima, é um deles. Mas Suárez vai além e afirma que é possível demonstrar que todo ente em potência quanto à existência também é um ente em potência quanto a alguma capacidade passiva, mas adia essa demonstração para outra Disputa, na qual será tratada a natureza e a imperfeição do ente criado<sup>2</sup>. Seja como for, fica claro que o ente real pode ser dividido em ente totalmente em ato e ente em potência, tanto no primeiro sentido quanto no segundo sentido (DM XXVIII 1, 16).

Suárez conclui essa seção dizendo que essas divisões do ente real em ente de si, necessário, por essência, incriado e totalmente em ato, por um lado, e ente de outro, contingente, por participação, criado e em potência, por outro, é equivalente na coisa à divisão em infinito e finito, embora os termos e os conceitos por meio dos quais essa divisão é apresentada não sejam os mesmos. Embora a divisão em infinito e finito seja aquela que mais bem expressa para nós a distância entre Deus e as criaturas, não é possível nesse momento da argumentação deixar totalmente claro para nós que o ente de si ou o ente por essência é infinito, ficando isso para a Disputa XXX, que trata explicitamente dos atributos divinos (DM XXVIII 1, 17). Assim também, não é possível mostrar ainda que há um único ente de si, ficando isso para a Disputa XXIX, que trata explicitamente da existência de Deus.

### Seção II

A segunda seção dessa disputa coloca a questão se a divisão do ente real em finito e infinito e as divisões equivalentes são suficientes, isto é, se não é possível encontrar algum ente real que não seja nem finito nem infinito ou que não seja nem um nem outro dos membros das outras divisões. Com efeito, há entes que aparentemente não se encaixam em nenhum dos membros daquelas divisões.

Em primeiro lugar, as relações parecem não ser nem entes finitos nem infinitos. Quando se diz, por exemplo, “Pedro é pai de Ana”, indica-se uma relação, “ser pai de”, a qual deve ser um ente real, já que é algo realmente presente em Pedro e não algo meramente fictício ou forjado pela mente. Nesse caso “ser pai de” significa

2. Cf. DM XXXI.

## Referências

- ARISTÓTELES. *Metafísica*. Tradução: Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 2005.
- ARISTOTLE. *Physics - Book VIII*. Trad. Daniel W. Graham. New York: Clarendon, 2007.
- COURTINE, J.-F. *Suárez et la système de la métaphysique*. Paris: PUF, 1990.
- ESPOSITO, C. “Introduzione”. IN: SUÁREZ, F. *Disputazioni Metafisiche*. Milano: Bompiani, 2007.
- GILSON, É. *L'Être et l'essence*. Paris: Vrin, 1897.
- HONNEFELDER, L. *Scientia transcendens: die formale Bestimmung von Seiendeheit und Realität in der Metaphysik des Mittelalters und der Neuzeit*. Hamburg: Felix Meiner Verlag, 1990.
- SALAS, V.; FASTIGGI, R. L. (Eds.) *A companion to Francisco Suárez*. Leiden-Boston: Brill, 2015.
- SUÁREZ, F. *Disputationes Metaphysicae*. Texto estabelecido por Salvador Castellote e Michael Renemann. <<https://homepage.ruhr-uni-bochum.de/michael.renemann/suarez/>> acessado em 06/03/2023.
- SUÁREZ, F. *The metaphysical demonstration of the existence of God*. Trad. John P. Doyle. South Bend – Ind.: St. Augustine's Press, 2004.
- S. TOMAE DE AQUINO. *Opera Omnia*. Edição Enrique Alarcon. Universidade de Navarra, 2000. <<https://corpusthomisticum.org/opera.html>> acessado em: 06/11/2019.

FRANCISCO SUAREZ

DISPUTAS  
 METAFÍSICAS  
 XXVIII  
 XXIX  
 XXX

*Latim - Português*

## DISPUTATIO XXVIII

DE PRIMA DIVISIONE ENTIS IN INFINITUM SIMPLICITER  
ET FINITUM ET ALIIS DIVISIONIBUS QUAE HUIC AEQUIVALENT

*Connexio praesentis tractationis cum praemissis.*— Haec est secunda principalis pars huius operis, in qua, postquam in priori de communi conceptu entis illiusque proprietatibus, quae de illo reciproce dicuntur tractatum est, ad definitas rationes entium descendere, quantum formale obiectum et abstractio huius scientiae permittit, necessarium est. Hoc autem non potest commodius fieri quam per divisiones varias ipsius entis et membrorum eius eorumque exactam considerationem. Diximus autem in superioribus, disp. IV, sect. 4, *primam et maxime essentialem divisionem entis esse in finitum et infinitum secundum essentiam seu in ratione entis*, quod solum est proprie et simpliciter infinitum; et ideo ab hac divisione partem hanc inchoamus, sub qua comprehendemus nonnullas alias, quae reipsa cum hac coincidunt, quamvis diversis nominibus vel conceptibus a nobis concipiantur et explicentur. Et quoniam de divisio huius partitionis dictum est in prima et secunda disputatione, est enim illud ipsum ens quod est adaequatum obiectum Metaphysicae, ideo solum videndum superest qualis sit dicta divisio et an recte et sufficienter tradita sit.

## SECTIO PRIMA

UTRUM RECTE DIVIDATUR ENS IN INFINITUM ET FINITUM,  
ET QUAENAM DIVISIONES HUIC AEQUIVALEANT

1. *Rationes dubiam reddentes quaestionem.*— *Prima.*— Ratio dubitandi esse potest quia finitum et infinitum solum habent locum in his quae aliquam latitudinem habent seu extensionem, et ideo solent haec attribui quantitati, quia in propriis suis rationibus includunt habitudinem ad aliquem terminum; finitum enim dicitur quod terminis clauditur; infinitum vero quod non habet terminum; nihil autem dicit habitudinem ad terminum nisi quod latitudinem habet aut extensionem quae terminanda sit; sed non est de ratione entis habere aliquam latitudinem vel extensionem; ergo neque terminis claudi vel non claudi; ergo neque esse finitum vel infinitum; non igitur recte per haec membra dividitur. Declaratur et confirmatur, nam illud infinitum aut sumitur privative aut mere negative. Priori modo nihil revera videtur esse infinitum, nam privative solum posset dici infinitum illud ens quod, cum sit aptum claudi terminis, eis actu non terminatur; nullum autem est huiusmodi ens, ut per se constat, quia nec Deus ipse hoc modo infinitus est; non est enim aptus claudi terminis. Si autem sumatur posteriori modo, sic omne ens indivisibile erit

## DISPUTA XXVIII

DA PRIMEIRA DIVISÃO DO ENTE EM PURA E SIMPLEMENTE INFINITO  
E FINITO E DAS OUTRAS DIVISÕES EQUIVALENTES A ESSA

*Conexão do que se trata agora com o que precede* — Essa é a segunda parte principal dessa obra, na qual, depois de ter sido tratado na primeira [parte] do conceito comum de ente e das propriedades dele, as quais são ditas dele reciprocamente, é necessário descer para noções definidas dos entes tanto quanto a abstração e o objeto formal dessa ciência permitem. Ora, isso não pode ser feito de modo mais cômodo do que através das várias divisões do próprio ente, de seus membros e da consideração exata deles. E dissemos antes, na Disputa IV, seção 4, que “a mais essencial e primeira divisão do ente é em finito e em infinito segundo a essência ou segundo a noção de ente”, único que propriamente é pura e simplesmente infinito. Assim, começamos essa parte com essa divisão, dentro da qual compreendemos algumas outras, as quais coincidem com essa na própria coisa, embora sejam concebidas e explicadas por nós através de diversos nomes ou conceitos. Como foi falado na Primeira e na Segunda Disputas sobre aquilo que será dividido nessa partição — com efeito, é o próprio ente, que é o objeto adequado da Metafísica —, só resta ver qual é a mencionada divisão e se ela foi transmitida de modo correto e suficiente.

## SEÇÃO I

SE O ENTE É CORRETAMENTE DIVIDIDO EM FINITO E INFINITO  
E QUAIS DIVISÕES LHE SÃO EQUIVALENTES

1. *Razões que tornam a questão duvidosa* — *Primeira* — A razão de duvidar pode ser que finito e infinito só tem lugar naquilo que tem alguma amplidão ou extensão e, por isso, costumam ser atribuídos à quantidade, pois incluem em suas próprias naturezas uma referência a algum termo; com efeito, é dito “finito” o que é encerrado por termos e “infinito” o que não tem termo; ora, só significa uma referência a um termo o que tem uma amplidão ou extensão, a qual deve ser terminada, mas não é da natureza do ente ter alguma amplidão ou extensão; logo, [não é] ser encerrada por termos ou não; logo, nem ser finito ou infinito; portanto, não é dividida corretamente nesses membros. Esclarece-se e confirma-se: aquele infinito é tomado de modo privativo ou de modo totalmente negativo. Do primeiro modo, parece que nada é verdadeiramente infinito, pois só poderia ser dito “infinito” privativamente aquele ente, que embora seja apto a ser encerrado por termos, não é terminado por eles em ato; mas nenhum ente é assim, como é evidente por si, pois nem o próprio Deus é infinito desse modo; com efeito, não é apto de ser encerrado por termos. E se é tomado do segundo modo, todo ente indivisível será infinito, pois tal ente nunca

infinitem, quia nullum tale ens clauditur terminis; non est enim capax alterius terminationis quod in se est omnino indivisibile.

2. *Secunda.*— Secunda difficultas circa hanc divisionem esse potest quia datur per quosdam modos seu attributa entis valde obscura, et quae vix possunt ratione naturali investigari, saltem quoad alteram partem; prima autem divisio entis deberet esse clarissima, et, si fieri posset, ex ipsis terminis per se nota. Antecedens declaratur, nam de Deo ipso vix ostendi et fortasse demonstrari non potest quod sit simpliciter infinitus. Deinde obscurius est ad explicandum in quo talis infinitas consistat; non ergo convenienter assignatur praedicta divisio, praesertim primo loco et tamquam fundamentum caeterarum.

3. *Quid termini divisionis de qua est quaestio significant.*— Circa hanc divisionem principio declarandum est quid per eam in re ipsa intendatur; atque inde facile constabit partitionem esse optimam, convenienti loco ac ordine collocatam. Quod igitur ad rem spectat, dividitur hoc loco ens in Deum et creaturas; quia vero non possumus ea quae sunt Dei propria, prout in se sunt, concipere, immo nec per positivos conceptus simplices ac proprios Dei, ideo negativis utimur, ut illud excellentissimum ens, quod maxime a caeteris distat minusque cum illis convenit quam ipsa inter sese, ab eis separemus et distinguamus. Atque hoc modo conficimus praedictam divisionem, sumendo aliquid in quo omnes res creatae vel creabiles inter se conveniunt, et illud a nobiliori quodam ente removendo, eo quod excellentiorem gradum essentiae vel entitatis habeat; atque hoc modo totam latitudinem entis ad duo illa membra revocamus.

#### *Resolutio quaestionis*

4. *Divisio dicta bona et apprime necessaria.*— Ex qua declaratione constat primo divisionem illam in re ipsa optimam esse et maxime necessariam. Primum patet, quia illa divisio est adaequata enti; nullum enim ens extra Deum vel creaturas excogitari potest, ut sectione sequenti magis declarabimus. Deinde, quia illa membra maxime inter se distant, ut supra, citata disputatione, sect. 4, declaratum est. Atque hinc etiam constat necessitas huius divisionis, quia praeter ea, quae in superioribus tractata sunt, nihil est commune primo enti cum caeteris omnibus, cum tamen reliqua omnia multa habeant in quibus inter se conveniant. Nam primum ens nullam habet causam, caetera omnia illam habent; haec in certa genera et species distingui possunt, illud extra omne genus existit; in illis omnibus aliquis modus compositionis reperitur, hoc omnino simplex et extra omnem compositionem existit. Necessarium ergo fuit illud primum ens a caeteris seiungere, ut illius ratione

é encerrado por termos; com efeito, o que é em si totalmente indivisível não é capaz de ser terminado de outro modo.

2. *Segunda* — A segunda dificuldade acerca dessa divisão pode ser que é apresentada através de certos modos ou atributos do ente muito obscuros, os quais dificilmente podem ser investigados pela razão natural, pelo menos quanto a uma das partes; ora, a primeira divisão do ente deveria ser claríssima e, se possível, evidente pelos próprios termos. Esclarece-se o antecedente: é difícil mostrar e talvez não pode ser demonstrado do próprio Deus que é pura e simplesmente infinito. Depois é mais obscuro explicar no que consiste tal infinidade. Logo, a mencionada divisão não é convenientemente assinalada, sobretudo no primeiro lugar e como fundamento das outras.

3. *O que significam os termos da divisão, da qual trata a questão* — Sobre essa divisão se deve explicar inicialmente o que é intencionado por ela na própria coisa e disso constará facilmente que a partição é ótima e é colocada no lugar e na ordem conveniente. Portanto, no que diz respeito à coisa, nesse lugar o ente é dividido em Deus e criaturas; mas como não podemos conceber aquilo que é próprio de Deus, na medida em que é em si, de nenhum modo por conceitos positivos simples e próprios a Deus, usamos negativos, para que aquele ente excelentíssimo, que dista ao máximo dos outros e coincide com esses menos do que eles entre si, seja separado e distinguido deles. Desse modo confeccionamos a mencionada divisão: tomando algo, no que todas as coisas criadas ou criáveis coincidem e removendo isso de um certo ente mais nobre de modo que tenha o grau mais excelente de essência ou entidade. E desse modo reduzimos toda amplitude do ente àqueles dois membros.

#### *Solução da questão*

4. *A dita divisão é boa e muito necessária* — A partir desse esclarecimento fica evidente, primeiro, que aquela divisão é ótima na própria coisa e maximamente necessária. É evidente primeiro, porque aquela divisão é adequada ao ente; com efeito, nenhum ente pode ser pensado fora Deus e as criaturas, como esclareceremos mais na seção seguinte. Em seguida, porque aqueles membros estão ao máximo distantes entre si, como foi esclarecido anteriormente, na Disputa IV citada, na quarta seção. Também é patente a necessidade dessa divisão do seguinte: além daquilo que foi tratado acima, nada é comum ao primeiro ente e a todos outros, embora todos os restantes tenham muito no que coincidem entre si. Com efeito, o primeiro ente não tem nenhuma causa, todos outros a têm; esses podem ser distinguidos em gêneros e espécies, aquele existe fora de todo gênero; em todos aqueles se encontra algum modo de composição, este é totalmente simples e existe fora de toda composição. Logo, foi necessário separar aquele primeiro ente dos outros para que, uma vez explicada separadamente a natureza daquele, possam ser tratadas de modo claro e distinto aquilo que é comum aos outros.

separatim explicata, quae caeteris communia sunt, distincte ac perspicue tractari possint.

5. *Dicta divisio prima et notissima.*— Atque hinc constat secundo (quod in praedicta etiam disput., sect. 4. probatum est) praedictam divisionem secundum se et ordine doctrinae primam esse et notissimam, quamquam forte quoad nos non sit ita nota sicut est divisio entis in substantiam et accidens vel aliae similes quae sensibus propinquiores sunt, et ideo a nobis facilius cognoscuntur; praedicta autem divisio ex ea parte qua includit Deum esse et habere essentiam seu entitatem illimitatae cuiusdam naturae et perfectionis, difficilius a nobis attingitur ac declaratur. Quia tamen in tradenda hac scientia ordinem doctrinae servamus, ideo divisionem hanc primo loco merito constituimus.

*Divisio entis in ens a se et ens ab alio*

6. Tertio colligitur ex dictis posse divisionem hanc bimembrem multis aliis modis seu sub diversis nominibus et conceptibus tradi, qui tam ad eam declarandam quam ad demonstrandam deservire possunt, quamvis in eadem rem omnia coincident, ut ex ipsis terminis constat. Nam, verbi gratia, dividi posset ens in illud quod habet esse a se et illud quod habet esse ab alio. Quam divisionem attingit August., lib. de Cognitione verae vitae, c. 7, et ad ostendendum, Deum esse, eam primo loco constituit. Est enim sub illis terminis divisio notissima et evidentissima, quia manifestum est multa esse entia quae habent esse communicatum ab alio, quae non existerent nisi ab alio esse reciperent, ut experientia ipsa satis probat. Rursus est evidens non omnia entia posse esse huiusmodi, nam, si omnia individua alicuius speciei sunt ab alio, necesse est etiam totam speciem ab alio esse, quia nec species existit nisi in individuo, neque individua habent alium modum connaturalem recipiendi esse nisi quem species postulat; ergo, si omnia individua talia sunt ut ex se non habeant esse, sed indigeant efficientia alterius ut illud recipiant, tota etiam species habet indigentiam et imperfectionem. Quo fit ut non possit tota habere esse ab aliquo individuo illius speciei, quia non potest idem efficere seipsum; debet ergo a superiori ente recipere esse. De quo rursus investigandum est an habeat ex se esse, vel ab alio; nam, si ex se habet, iam est completa divisio quam intendimus; si vero habet ab alio, similiter oportebit totam speciem talis entis ab alio superiori trahere originem; non potest autem in infinitum procedi, tum quia alias vel nunquam incepisset dimanatio unius ab alio, vel nunquam ad hoc ens producendum pervenisset post infinitas emanationes unius ab alio; tum etiam quia non potest tota aliqua collectio effectuum esse dependens quin supponatur aliqua res seu causa independens, ut ostendatur

5. *A dita divisão é a primeira e a mais manifesta* — Disso fica patente, segundo, (o que foi provado também na Disputa mencionada, seção 4) que a mencionada divisão é a primeira e a mais manifesta em si e na ordem da doutrina, embora em relação a nós talvez não seja tão manifesta quanto é a divisão do ente em substância e acidente, ou outras semelhantes, que são mais próximas dos sentidos e que, por isso, são conhecidas mais facilmente por nós. A mencionada divisão, porém, daquela parte que inclui que Deus é e que tem essência ou entidade de uma certa natureza e perfeição ilimitada, é mais dificilmente alcançada e esclarecida por nós. Mas como conservamos a ordem da doutrina na transmissão dessa ciência, colocamos com razão essa divisão em primeiro lugar.

*Divisão do ente em ente de si e ente de outro*

6. Infere-se do que foi dito, terceiro, que essa divisão em dois membros pode ser apresentada de muitos outros modos ou sob diversos nomes e conceitos, os quais podem servir tanto para esclarecê-la quanto para demonstrá-la, embora todos coincidam na mesma coisa, como é evidente pelos próprios termos. Com efeito, o ente pode ser dividido, por exemplo, em aquele que tem ser de si e aquele que tem ser de outro. Agostinho aborda essa divisão no livro *Do Conhecimento da verdadeira vida*, cap. 7, e a coloca em primeiro lugar para mostrar que Deus é. Com efeito, sob esses termos é uma divisão manifesta e evidentíssima, pois é manifesto que muitos são os entes, os quais têm ser comunicado de outro e que não existiriam se não recebessem ser de outro, como a própria experiência prova suficientemente. Por outro lado, é evidente que nem todos os entes podem ser assim, pois, se todos os indivíduos de uma espécie são de outro, é necessário que também a espécie inteira seja de outro, pois a espécie só existe no indivíduo e os indivíduos não têm outro modo conatural de receber ser senão aquele que a espécie exige; logo, se todos os indivíduos são tais que não tenham ser de si, mas precisam da eficiência de outro para que o recebam, a espécie inteira também precisa e é imperfeita. Por isso, como não pode inteira ter ser de algum indivíduo daquela espécie, pois o mesmo não pode produzir a si mesmo, deve receber ser de um ente superior. Do qual, novamente, deve-se investigar se tem ser de si ou de outro; pois, se tem de si, já é completa a divisão que propomos, mas se tem ser de outro, será preciso semelhantemente extrair de outro superior a origem da espécie inteira de tal ente; ora, não se pode prosseguir ao infinito, seja porque do contrário nunca se iniciaria a emanção de um a partir de outro, ou [porque], depois de infinitas emanções de um a partir de outro, nunca se chegaria à produção desse ente [aqui]; seja ainda porque uma coleção inteira de efeitos não pode ser dependente sem que se suponha alguma coisa ou causa independente, como será mostrado na Disputa XXIX, seção 1. Logo, é necessário deter-se em algum ente, que tenha ser de si, do qual descende tudo aquilo que só tem ser recebido. E desse modo

disputatione sequenti, sect. 1. Sistendum est ergo necessario in aliquo ente quod ex se habeat esse, a quo ducant originem omnia quae tantum habent esse receptum. Et hoc modo est evidens praedicta divisio, sive illud ens quod non est ab alio sed a se sit unum, sive plura; hoc enim nunc non agimus, sed solum quod omnia entia ad illa duo membra revocentur, quae manifestam oppositionem seu contradictionem inter se includunt; et ideo non possunt non esse et distincta et adaequate dividenda ens.

7. Nam quod dicitur ex se vel a se esse, licet positivum esse videatur, tamen solam negationem addit ipsi enti, nam ens non potest esse a se per positivam originem et emanationem; dicitur ergo esse a se, quatenus sine emanatione ab alio habet esse, per quam negationem nos declaramus positivam et simplicem perfectionem illius entis quod ita in se et essentia sua claudit ipsum existere ut a nullo illud recipiat, quam perfectionem non habet illud ens quod esse non habet nisi illud ab alio accipiat. Et in hunc modum exponendi sunt aliqui sancti, cum dicunt Deum esse sibi causam sui esse vel substantiae suae aut sapientiae. Sic Hieronymus, ad Ephes., 3, ait: *Deus sui origo est suaeque causa substantiae*. Et August., lib. LXXXIII Quaest., q. 15 et 16, ait Deum esse causam sapientiae suae, et VII de Trinitat., c. 1, loquens de Patre, ait: *Quod illi est causa ut sit, est etiam causa ut sapiens sit*. Hae namque locutiones omnes negative interpretandae sunt. Non videtur autem Lactantius, qui Deum ait seipsum fecisse, lib. 1 de Falsa Religione, c. 7, praedictam expositionem admittere; dicit enim etiam ex tempore se Deum fecisse; et pro fundamento sumit fieri non posse ut id quod est aliquando non coeperit; qui error in hoc sensu tam est absurdus ut non egeat impugnatione.

*Entis divisio in necessarium et contingens*

8. Rursus hinc facile declarantur alii termini sub quibus illa divisio tradi potest; et in re est eadem, quamvis secundum rationem sub diversa habitudine vel negatione declaretur; sic ergo dividi potest ens in id quod est simpliciter necessarium, et id quod est non necessarium, seu contingens late sumptum. In quibus terminis advertendum est, primo, hic non sumi necessarium et contingens ut dicunt habitudinem effectus ad causam naturaliter aut libere agentem, vel quae potest vel non potest impediri; sub hac enim ratione dictum est de necessario et contingenti superius tractando de causis; sed sumitur necessarium absolute in ratione existendi; quo modo ens necessarium dicitur illud quod ita habet esse ut non possit illo carere, cui condistinguitur seu opponitur illud ens quod ita est ut possit non esse, vel ita non est ut possit esse. Constat igitur ex praecedenti divisione debere esse in entibus aliquod simpliciter necessarium, nam illud ens quod ex se habet esse et non ab alio, non potest non esse simpliciter necessarium, quia nec seipsum potest suo esse privare, ut per

é evidente a divisão mencionada, seja aquele ente, que não é de outro, mas de si, um ou muitos. Com efeito, não tratamos disso agora, mas somente de que todos os entes sejam reduzidos àqueles dois membros, os quais incluem uma manifesta oposição ou contradição entre si; por isso, não podem não ser membros da divisão distintos e adequados ao ente.

7. Com efeito, quando se diz “a partir de si” ou “de si”, ainda que pareça ser positivo, acrescenta ao próprio ente só uma negação, pois o ente não pode ser de si por uma origem positiva e emanção; logo, diz-se “ser de si” na medida em que tem ser sem uma emanção de outro. Através dessa negação esclarecemos a perfeição positiva e simples daquele ente, que encerra em si e em sua essência o próprio existir de um modo tal que não o recebe de nada, perfeição essa que não tem aquele ente, que só tem ser, se o recebe de outro. E desse modo devem ser explicados alguns Santos, quando dizem que Deus é para Ele causa de seu ser ou de sua substância ou de sua sabedoria. Assim Jerônimo diz sobre a [Epístola] aos Efésios, 3 “Deus é a origem de si e causa de sua substância”. E Agostinho nas 83 Questões, q.15 e 16 diz “Deus é causa de sua sabedoria” e no *Da Trindade VII, cap. 1*, falando do Pai diz “O que para ele é causa de que seja, também é causa de que seja sábio”. Com efeito, todas essas locuções devem ser interpretadas negativamente. Mas não parece que Lactância, que no *Da Falsa Religião I, cap. 7*, disse “Deus fez a si mesmo”, admita a dita explicação; com efeito, diz também que Deus se fez de repente e toma como fundamento disso [o seguinte]: não pode acontecer que aquilo que é, não comece em algum momento. Esse erro é nesse sentido tão absurdo que não precisa de refutação.

*Divisão do ente em necessário e contingente*

8. A partir disso é fácil esclarecer outros termos que podem ser apresentados sob essa divisão; é o mesmo na coisa, embora segundo a noção seja mostrado sob uma relação ou negação diversa; assim, portanto, o ente pode ser dividido em aquilo que é pura e simplesmente necessário e aquilo que é não necessário, ou contingente tomado de modo amplo. Deve-se prestar a atenção sobre esses termos, primeiro, que “necessário” e “contingente” não são tomados aqui enquanto significam uma relação do efeito para a causa, a qual age de modo natural ou livre, ou que pode ou não pode ser impedida; com efeito, nesse sentido foi falado acima sobre o necessário e o contingente, ao se tratar das causas. “Necessário” é tomado absolutamente sob o aspecto do existir, do modo como é dito ente “necessário” aquele que tem ser de um modo tal que não poderia carecer dele, do qual se distingue, ou ao qual se opõe, aquele ente que é de um modo tal que poderia não ser, ou que não é de um modo tal que poderia ser. Da divisão precedente fica patente, portanto, que deve haver nos entes algo pura e simplesmente necessário, pois aquele ente que tem ser de si e não de outro, não pode não ser pura e simplesmente necessário, pois não pode se privar de seu ser, como é evidente por si, nem pode ser privado por outro, já que não depende de outro; com

se notum est, neque etiam ab alio privari potest, cum ab alio non pendeat, nam, qui ab alio esse non habet, a nullo alio conservatur in esse; et hoc sensu dicitur ex se esse; ideoque omnino illi repugnat non esse. Et hinc ulterius fit, praeter hoc ens quod est<sup>1</sup> simpliciter necessarium, esse alia non ita necessaria, atque adeo contingentia, si, late loquendo, omne quod potest non esse vocetur contingens. Probat, quia praeter illud ens quod est a se, sunt entia ab alio recipientia esse; haec ergo, cum ex se non habeant esse, ex hac parte non repugnat eis non esse; et aliunde, sicut ab alio pendent, a quo illud recipiunt, ita et possunt non recipere et consequenter non esse.

9. *Duplici obiectioni satisfit.*— Dices: si fingamus Deum agere necessario ac sine libertate, res ab illo manantes essent entia ab alio et tamen essent entia necessaria; ergo formaliter et ex vi terminorum non reciprocantur haec duo membra. Et confirmatur, nam Verbum vel Spiritus Sanctus potest dici ens ab alio, quia non habet esse nisi per emanationem ab alio; et tamen est ens simpliciter necessarium, quia non procedit per liberam productionem, sed naturalem et necessariam.

10. Respondetur incipiendo ab hac confirmatione, quoniam theologica est, hic non vocari ens ab alio nisi quod est ab alio per veram causalitatem; nam lumen naturale, ex quo nunc philosophamur, non agnoscit veram productionem et processionem realem sine vera causalitate, neque sine distinctione in essentia et esse inter rem producentem et productam. In divinis autem personis non est hic modus emanationis, quia imperfectus est; et ideo, sicut omnes sunt verus et unus Deus, ita omnes sunt unum ens a se omnesque essentialiter constituuntur per essentiam quae est suum esse incausatum et improproductum, atque ita quaelibet persona est ens necessarium, non solum quia necessario manat, sed etiam quia essentialiter constituitur per esse et essentiam omnino improproductam; quamvis enim persona divina producat, non tamen eius natura, sed communicatur personae per eiusdem personae productionem. Non est ergo quod ab illo mysterio argumentum ad res creatas desumatur.

11. *Licet Deus necessario ageret, aliqua entia essent non necessaria.*— Scot., *In I, dist. 8, q. 4.*— Ad argumentum ergo imprimis dicitur, data illa hypothesi, adhuc non sequi omnia entia esse necessaria, quia non omnia fierent a primo ente solo et immediate ac tota virtute et sine resistantia vel impedimento alterius causae, ex quibus omnibus capitibus provenire potest ut res, quae nunc recipit esse, postea illud non recipiat, et e converso. Unde, quamvis aliqui philosophi erraverint asserentes Deum agere necessario, nullus

efeito, aquilo que não tem ser de outro, não é conservado no ser por nenhum outro; nesse sentido se diz “ser de si”; por isso, lhe repugna não ser. Além disso, infere-se que, além desse ente que é puro e simplesmente necessário, há outros não necessários desse modo e contingentes, se, falando de modo amplo, for chamado “contingente” tudo que pode não ser. Prova-se: além daquele ente que é de si, há entes que recebem ser de outro; logo, como esses não tem ser de si, dessa parte não lhes repugna não ser; de outra parte, assim como dependem de outro, do qual o recebem, assim também podem não receber e, consequentemente, não ser.

9. *Duas objeções são satisfeitas* — Objetas: se fingirmos que Deus age de modo necessário e sem liberdade, as coisas que dele emanam seriam entes de outro e, no entanto, seriam entes necessários; logo, formalmente e pela significação dos termos esses dois membros não são recíprocos. Confirma-se: o Verbo ou o Espírito Santo pode ser chamado “ente de outro”, pois só tem ser pela emanação de outro e, no entanto, é ente puro e simplesmente necessário, pois não procede através de uma produção livre, mas natural e necessária.

10. Responde-se: começando por essa confirmação, que é teológica: aqui só é chamado “ente de outro” aquilo que é de outro por uma causalidade verdadeira; com efeito, a luz natural, a partir da qual filosofamos agora, não reconhece uma produção verdadeira ou uma processão real sem uma causalidade verdadeira e sem uma distinção em ser e em essência entre a coisa que produz e a coisa produzida. Mas nas pessoas divinas não é esse o modo de emanação, pois [esse] é [um modo] imperfeito; por isso, assim como todas são Deus uno e verdadeiro, assim também todas são um ente de si, todas são essencialmente constituídas através da essência, a qual é seu ser incausado e improduzido e, assim, qualquer pessoa é ente necessário, não só porque emana necessariamente, mas também porque é constituída essencialmente através do ser e da essência totalmente improduzida; com efeito, embora a pessoa divina seja produzida, a natureza dela não é, mas é comunicada à pessoa pela produção da mesma pessoa. Logo, não há porque tirar um argumento daquele mistério para as coisas criadas.

11. *Ainda que Deus agisse de modo necessário, alguns entes não seriam necessários* — Escoto [*Comentário às sentenças*] I, *dist. 8, q.4.* — Em relação ao argumento se diz primeiramente que, mesmo que aquela hipótese fosse dada, ainda assim não se seguiria que todos os entes são necessários, pois nem todos seriam feitos pelo primeiro ente só, imediatamente, com toda sua virtude e sem resistência ou impedimento de outra causa; de qualquer um desses pontos pode resultar que a coisa, que recebe agora ser, não o receba depois, ou vice-versa. Por isso, ainda que alguns filósofos tenham errado ao afirmar que Deus age de modo necessário, nenhum negou que há muitos entes não-necessários, já que isso é manifestíssimo nas coisas corruptíveis e sucessivas ou na própria experiência. Embora daquela hipótese algum ente feito seria necessário, não [seria] como Deus a partir de uma necessidade intrínseca e pela quiddidade, mas somente a partir de uma necessidade extrínseca do agente. Por isso,

1. est, 1960; *alit.* ens. “A palavra *ens* de algumas edições tem difícil interpretação.” CF BHF, t. IV, p. 197. (as notas nas páginas pares são dos editores do texto em latim)

tamen negavit dari multa entia non necessaria, cum id vel experimento ipso notissimum sit in rebus corruptibilibus et successivis. Et, quamvis ex illa hypothesi aliquod ens factum esset necessarium, non tamen ex intrinseca necessitate et quidditate sicut Deus, sed solum ex necessitate extrinseca agentis. Et ideo Avicenna, lib. VIII Metaph., c. 4 et 6, dixit tantum illud ens esse necessarium quod ex se est, non vero reliqua entia, etiamsi ab alio habeant necessitatem essendi, qui fortasse loquitur de necessitate non simpliciter, sed ex suppositione actionis primae causae. Quocirca tandem dicitur illam hypothesim falsam esse, nam illud ens quod est a se non necessario sed libere se communicat extra se; et ideo praeter illud nihil est simpliciter necessarium. De qua libertate primi entis in agendo, quantum vel philosophorum auctoritate vel naturali ratione haberi potest, postea dicemus.

12 *Incorruptibilia qua necessitate necessaria.*— Sed obiicies rursus, nam entia incorruptibilia, etiamsi sint ab alio libere agente, vocantur entia necessaria a Commentatore, lib. de Substantia orbis, et lib. 1 de Caelo, text. 136, et lib. XII Metaph., text. 41. Cuius sententiam in hac parte approbat Div. Thom., q. 5 de Potent., a. 3. Respondetur ex eodem D. Thoma, I, q. 9, a. 2, et III cont. Gent., c. 30 et 35, aequivocationem esse in voce necessitatis. Uno enim modo sumi potest pro incorruptibilitate, quo sensu creaturae incorruptibiles dicuntur interdum entia necessaria, quia, ex quo semel sunt, non habent intrinsecam potentiam ad non esse, sed, quantum est ex se, perpetuo durant, quae sine dubio est aliqua necessitas essendi, cum excludat aliquam potentiam, scilicet intrinsecam, ad non essendum. Nihilominus tamen, talia entia non sunt simpliciter et omni modo necessaria, quia neque ex se neque ex quidditate sua habent esse, neque ex necessitate absoluta illud recipiunt aut conservant. Cum ergo distinguimus in praesenti ens necessarium a non necessario, necessitatem sumimus priori modo. Et hac ratione nullum ens, quod est ab alio, est necessarium simpliciter, quia, saltem per potentiam in alio existentem, potest amittere esse, quamvis in ipso non sit intrinseca potentia vera et realis ad non esse, quae solum reperitur in his quae habent potentiam physicam et passivam ad aliud esse repugnans et incompatible cum proprio esse; in aliis vero sufficit potentia logica, ut ita dicam, ad non esse, quae ex parte eorum solum dicit non repugnantiam, in causa vero extrinseca dicit potentiam ad suspendendam actionem qua confert esse. Sic igitur constat divisionem hanc eadem esse cum praecedenti, quamvis priori modo detur sub rationibus notioribus et quae pauciora principia supponunt.

*Divisio entis in ens per essentiam et ens per participationem*

13. Praeterea solet eadem divisio sub his terminis tradi, ens aliud esse per essentiam, aliud per participationem, qui reipsa superioribus

Avicena disse na *Metafísica VIII, cap. 4 e 6*, que só é necessário aquele ente, que é de si, mas não os entes restantes, ainda que tenham uma necessidade de ser de outro, a qual talvez possa ser chamada de “necessidade não pura e simples”, mas “supondo a ação da primeira causa”. Sobre isso se diz, por fim, que aquela hipótese é falsa, pois aquele ente que é de si não se comunica para fora de modo necessário, mas livre e, por isso, além dele nada é pura e simplesmente necessário. Falaremos depois sobre essa liberdade do primeiro ente ao agir, tanto quanto se pode saber pela autoridade dos filósofos ou pela razão natural.

12. *Por qual necessidade os incorruptíveis são necessários* — Mas objetas novamente: entes incorruptíveis, ainda que sejam de outro agente livre, são chamados necessários pelo Comentador no *Da substância das esferas*, no *Do céu I, texto 136*, na *Metafísica XII, texto 41*. A opinião dele é em parte aprovada por São Tomás nas *Questões sobre a potência, q.5, art. 3*. É respondido pelo mesmo São Tomás na *[Suma de Teologia] 1ª, q.9, art. 2* e na *[Suma] contra os Gentios III, cap. 30 e 35*: há uma equivocação na expressão “necessidade”. Com efeito, pode ser tomada de um modo como incorruptibilidade e nesse sentido as criaturas incorruptíveis são às vezes chamadas “entes necessários”, pois, uma vez que são, não têm potência intrínseca para não ser, mas, tanto quanto são de si, duram perpetuamente, o que sem dúvida é alguma necessidade de ser, já que exclui uma potência, isto é, intrínseca, para não ser. Entretanto, tais entes não são pura e simplesmente e de todo modo necessários, pois não têm ser de si, nem de sua quiddidade, nem o recebem ou o conservam por necessidade absoluta. Logo, quando distinguimos no caso presente ente necessário do não-necessário, tomamos “necessidade” do modo anterior. Por essa razão nenhum ente, que é de outro, é pura e simplesmente necessário, pois, ao menos através da potência existente em outro, pode perder ser, embora nele mesmo não haja uma potência intrínseca verdadeira e real para não ser, a qual só é encontrada naquilo que tem potência física e passiva para outro ser, o qual é incompatível com o próprio ser e lhe repugna; nos outros basta a potência lógica, por assim dizer, para não ser, a qual significa da parte deles somente não-repugnância e na causa extrínseca significa a potência para suspender a ação que confere ser. Assim, portanto, fica evidente que essa divisão é a mesma que a precedente, ainda que do modo anterior ela é dada sob razões mais manifestas e que supõem menos princípios.

*Divisão do ente em ente por essência e ente por participação.*

13. Além disso, a mesma divisão costuma ser transmitida nos seguintes termos: um ente é por essência, outro por participação, o que equivale na própria coisa às [divisões] superiores; com efeito, é chamado “ente por essência” aquele que por si mesmo e pela eficácia de sua essência essencialmente tem ser não recebido nem participado de outro; é chamado “ente por participação”, ao contrário, aquele

aequivalent, nam ens per essentiam illud dicitur quod per sese et ex vi suae essentiae essentialiter habet esse non receptum nec participatum ab alio; ens autem per participationem e contrario dicitur illud quod non habet esse nisi communicatum et participatum ab alio. Ex qua terminorum declaratione constat divisionem hanc aequipollere praecedentibus. Unde D. Thom., II cont. Gent., c. 15, ait Deum esse ens per essentiam suam, quia est ipsum esse; et lib. III, c. 66, ratione 6, ait solum Deum esse ens per essentiam suam; reliqua vero esse per participationem, quia in solo Deo esse est essentia eius, id est, de illius quidditate, ita ut nec mente concipi possit essentia Dei, ut Dei est, si solum ut in potentia et non ut actu ens intelligatur; idem ergo est esse ens per essentiam quod ex se et ex sua essentia habere esse, cui condistinguitur opposito modo ens per participationem. Unde fit eodem discursu probandum esse hunc duplicem gradum seu ordinem entium, quo probavimus dari aliquod ens quod a se sit, superius omnibus quae habent esse ab alio. Sicut enim in entibus quae habent esse ab alio non proceditur in infinitum, ita neque in entibus per participationem. Unde necesse est ens, quod est tale per participationem, reduci ad aliud quod habeat esse absque tali participatione; quod si illud habet aliud esse etiam participatum alio modo, seu alio participationis genere, illud erit ad illud revocandum; atque ita tandem, ne procedatur in infinitum, sistendum erit in aliquo ente quod sit per essentiam ens. Neque etiam e contrario possunt omnia entia esse per essentiam talia, tum quia ens per essentiam est ens simpliciter necessarium, cum de essentia eius sit actu esse; constat autem non omnia entia esse necessaria; tum etiam quia ens per essentiam tantum est vel potest esse unum, ut postea videbimus.

*Divisio entis in increatum et creatum*

14. Ulterius solet haec divisio sub his terminis tradi: ens vel increatum est, vel creatum, quae membra immediatam oppositionem prae se ferunt, et in re coincidunt cum praecedentibus solumque differunt, praesertim ab illis primis, scilicet a se et ab alio, quod illa verba magis generalia sunt, sumuntur enim ex habitudine ad dependentiam in communi; haec vero sunt magis specialia, sumpta ex peculiari actione seu dependentia creationis; quia tamen creatio est prima emanatio ab alio cum dependentia ab illo, et generalis aliquo modo omnibus entibus quae ab alio dependent, ut supra a nobis dictum est, ideo reipsa membra haec cum illis coincidunt. Necesse est enim ens quod a se est et non ab alio increatum esse; nam si dependentia simpliciter negatur de aliquo, etiam hanc in particulari, scilicet creationem, negari necesse est; atque etiam e converso, si ens est increatum, necesse est a se esse et non ab alio, quia prima emanatio cum dependentia ab alio et quasi fundamentum aliarum est creatio; id ergo quod absque creatione habet esse, necesse est ut habeat

que só tem ser comunicado ou participado de outro. Dessa explicação dos termos fica patente que essa divisão é equivalente às precedentes. Por isso diz São Tomás na [Suma] contra os Gentios II, cap. 15, que Deus é ente por sua essência, pois é o próprio ser, e na [Suma contra os Gentios] III, cap. 66, razão 6, diz que somente Deus é ente por sua essência e que o restante é por participação, pois somente em Deus ser é a essência dele, isto é, de sua quiddidade, de modo que nem mesmo pela mente poderia ser concebida a essência de Deus, enquanto é de Deus, se fosse inteligida somente como ente em potência e não como ente em ato. Logo, ser ente por essência é o mesmo que ter ser de si e de sua essência; disso se distingue como um modo oposto o ente por participação. Disso se infere que se deve provar que há esse duplo grau ou ordem dos entes pelo mesmo discurso, pelo qual provamos que há algum ente que é de si e que é superior a todos que têm ser de outro. Com efeito, assim como nos entes que têm ser de outro não se prossegue ao infinito, assim também não [se prossegue ao infinito] nos entes por participação. Por isso, é necessário que o ente que é tal por participação seja reduzido a outro que tem ser sem tal participação; pois, se esse tem outro ser também participado de outro modo ou por outro gênero de participação, esse será reduzido àquele; e, assim, para que não se prossiga ao infinito, por fim se deterá em algum ente, que seja ente por essência. Também, em sentido contrário, não podem todos os entes ser tais por essência, primeiro porque o ente por essência é pura e simplesmente necessário, já que é de sua essência ser em ato e consta que nem todos os entes são necessários; segundo, porque só há ou só pode haver um único ente por essência, como veremos depois.

*Divisão do ente em criado e incriado*

14. Essa divisão costuma ser transmitida também nos seguintes termos: ente ou é incriado ou é criado, membros esses que exibem entre si uma oposição direta. Na coisa coincidem com as precedentes, mas diferem delas, principalmente das primeiras, isto é, de si e de outro, pelo fato de que essas palavras são mais gerais; com efeito, [estas] são tiradas da relação de dependência em comum, mas [aquelas] são mais especiais, tiradas da ação ou da dependência peculiar da criação. Como a criação é a primeira emanção de outro com a dependência dele e é de certo modo comum a todos os entes, que dependem de outro, como foi dito por nós acima, na própria coisa esses [membros da divisão] coincidem com aqueles. Com efeito, é necessário que o ente que é de si e não de outros seja incriado, pois, se se nega de algo a dependência pura e simples, também é necessário negar essa em particular, isto é, a criação; também em sentido contrário, se um ente é incriado, é necessário que seja de si e não de outro, pois criação é a primeira emanção com a dependência de outro e como que o fundamento de outras; logo, é necessário que, aquilo que tem ser sem criação, tenha ser totalmente independente e, conseqüentemente, que seja ente por essência e não de

esse prorsus independens et consequenter ut sit ens per essentiam et non ab alio. Quapropter, quo discursu probatur esse aliquod ens a se et independens, probatur etiam esse aliquod ens increatum, tum quia haec duo in re idem sunt, ut ostendi, tum etiam quia eadem argumentandi forma facile applicari potest. Quia, si dantur aliqua entia creata, ne procedatur in infinitum necesse est sistere in aliquo increato a quo illa manaverint. Quod autem dentur aliqua entia creata ex eo probandum est quod prima et fundamentalis dependentia rerum omnium est creatio, quod in superioribus declaratum est et probatum. Unde, quia hoc non est per se tam evidens et notum sicut quod dentur entia dependentia ab alio, ideo sub his terminis non est tam nota quoad nos haec divisio, nisi nomen creationis non ita stricte sumatur pro productione ex nihilo, sed latius pro quacumque vera effectione seu propria dependentia; quo sensu hi termini nihil fere a primis differunt, ut per se manifestum est.

*Divisio entis in purum actum et potentiale*

15. *Duplici modo intelligi potest congrue divisio sub his terminis.*— *Primus explicatur.*— Praeterea potest eadem entis divisio sub his terminis confici: ens aliud est omnino actuale, aliud vero potentiale, seu aliud est actus purus, aliud vero potentiam seu potentialitatem aliquam includit. Quae divisio sub his vocibus non videtur esse ita apta, praesertim ut prima in ordine collocetur, propter nonnullam terminorum obscuritatem; tamen in re est optima et eadem cum praecedenti. Nam imprimis constat membra illa immediate oppositionem et contradictionem includere, nam esse actu et esse in potentia, sumpta cum proportione (ut sumenda sunt) et respectu eiusdem, privativam vel contradictoriam oppositionem important. Possunt autem ens actuale et potentiale dici, vel in ordine ad esse actualis existentiae, vel in ordine ad potentiam aliquam passivam, quae proprie est potentia includens imperfectionem et ordinatur ad compositionem alicuius entis imperfecti quod ea ratione potentiale dicitur, nam potentia activa ut sic neque imperfectionem includit, neque ex se ordinatur ad aliquam compositionem eius cuius ipsa est, et ideo ab illa non denominatur ens potentiale. Prima igitur habitudo horum terminorum est propriissima et secundum illam videtur praecipue intelligenda data divisio; sic enim perspicua est et facilis ex dictis. Necesse est enim esse aliquod ens ita actuale in existendo ut secundum eam rationem sit omnino in actu et nullo modo in potentia. Probatur, quia esse in actu sub hac ratione est actu existere; esse vero in potentia est posse existere, quamvis actu non existat; sed necesse est dari aliquod ens per essentiam ita necessarium ut nulla ratione possit non existere, neque per potentiam intrinsecam, neque per extrinsecam, neque per physicam potentiam, neque per eam quam logicam appellant; ergo

outro. Portanto, pelo discurso que se prova que há algum ente de si e independente, também se prova que há algum ente increado, porque esses dois são o mesmo na coisa, como mostrei; também porque a mesma forma de argumentar pode ser facilmente aplicada. Pois, se há alguns entes criados, é necessário se deter em algum increado, do qual eles emanaram, para que não se prossiga ao infinito. Ora, prova-se que há alguns entes criados do fato que a criação é a dependência primeira e fundamental de todas as coisas, o que foi explicado e provado acima. Portanto, como isso não é por si tão evidente e manifesto quanto que há entes dependentes de outro, quanto a nós não é tão manifesta essa divisão nesses termos, a não ser que o nome “criação” não seja tomado estritamente como produção a partir do nada, mas de modo mais amplo como qualquer produção verdadeira ou dependência própria; nesse sentido esses termos quase não diferem em nada dos primeiros, como é manifesto por si.

*Divisão do ente em puro ato e potencial*

15. *A divisão nesses termos pode ser convenientemente inteligida de dois modos — Explica-se o primeiro.* — Além disso, a mesma divisão do ente pode ser feita nos seguintes termos: um ente é totalmente atual e outro é potencial ou um é ato puro e outro é potência ou inclui alguma potencialidade. Essa divisão, nessas palavras, não parece ser tão apta, principalmente se fosse colocada como primeira na ordem, devido à uma certa obscuridade dos termos, mas na coisa é ótima e a mesma que a precedente. Com efeito, primeiramente é evidente que aqueles membros incluem oposição direta e contradição, pois ser em ato e ser em potência tomados em proporção (como devem ser tomados) e em relação ao mesmo implicam oposição privativa ou contraditória. Mas se pode falar “ente atual e potencial” tendo em vista o ser de existência atual ou tendo em vista alguma potência passiva, a qual propriamente é uma potência que inclui imperfeição e que é ordenada para a composição de algum ente imperfeito, o qual por essa razão é chamado “potencial”; com efeito, a potência ativa enquanto tal não inclui uma imperfeição nem é de si ordenada para alguma composição daquele, do qual ela é, e, por isso, [ele] não é denominado “ente potencial” por causa dela. Portanto, a primeira referência desses termos é propriíssima e segundo ela parece que deve ser principalmente inteligida a divisão dada; com efeito, [inteligida] desse modo ela é transparente e fácil pelo que foi dito. Com efeito, é necessário que haja algum ente tão atual no existir que sob esse aspecto seja totalmente em ato e de nenhum modo em potência. Prova-se: sob esse aspecto ser em ato é existir em ato e ser em potência é poder existir, embora não exista em ato; ora, é necessário que haja algum ente por essência tão necessário que não possa por nenhuma razão não existir, nem por uma potência intrínseca, nem por extrínseca, nem por uma potência física, nem por aquela que chamam “lógica”; logo, é necessário que tal seja totalmente atual segundo o existir, isto é, que exclua totalmente qualquer aspecto ou

necesse est tale ens esse omnino actuale in existendo, id est, excludens omnino omnem rationem et modum essendi tantum in potentia. Ex quo ulterius facile est concludere omnia entia, quae huiusmodi non sunt, esse aliquo modo potentialia, quia, licet interdum actu existant, eis tamen non repugnat interdum tantum in potentia existere, sive propter intrinsecam potentiam passivam, sive propter solam potentiam extrinsecam activam cum potentia logica seu non repugnantia ex parte eorum. Constat igitur omne ens aut esse omnino actuale, aut aliquo modo potentiale in sensu praedicto.

16. *Declaratur secundus.*— Hinc vero inferri ulterius potest etiam in posteriori sensu esse divisionem illam universalem et superioribus aequivalentem, nam illud ens quod est pure actuale in existendo, etiam est in se simpliciter purus actus, id est, in se et in entitate seu constitutione sua nullam admittens admixtionem passivae potentiae, quia ubicumque est aliquod genus passivae potentiae, est etiam aliqua ratio materialis causae; materiali autem causae necessario respondet causa efficiens quae ex illa vel in illam operetur eamque in actum reducat, nam potentia passiva ut sic non potest sese in actum revocare; cum ergo a primo ente, quod per sese et essentialiter tale est in actu secundum omnem perfectionem suam, longe absit omnis causalitas effectiva circa ipsum, necesse est ipsum etiam carere omni potentia passiva et consequenter esse purum actum. Ac simili discursu potest e contrario concludi (ut multi existimant) omne ens, quod est potentiale in ordine ad existendum, esse etiam potentiale ut aliquo modo constans ex potentia passiva. Sed hoc magna discussione et declaratione indiget, quam infra trademus de esse et essentia creaturae disputantes; nunc satis nobis sit rationem factam non aequali proportionem procedere, nam potentiae passivae necesse est respondeat activa, quia necesse est eam pati ab aliquo; potentiae vero activae simpliciter loquendo non necessario respondet potentia passiva, quia non necesse est agens agere in aliquo vel ex aliquo; potest enim agere aliquid et ex nihilo; et ideo ex vi terminorum non videtur necessarium ut omne ens quod est potentiale in existendo sit constans ex potentia passiva; nihilominus tamen in re verum est omne huiusmodi ens esse potentiale ratione potentiae passivae, sive hoc sit quia dicitur habitudinem ad illam, sive quia ratione illius potest cum alio actu componere, sive quia ipsummet componitur ex tali potentia et actu. Quomodo autem aliquid horum necessario sequatur ex priori potentialitate ad existendum, non potest hoc loco breviter et quasi in transitu explicari, sed dicetur infra declarando propriam rationem et imperfectionem entis creati; et ideo, quod ad hunc locum spectat, prior sensus huius divisionis supra dictis verbis traditae est sufficiens et perspicuus.

qualquer modo de ser apenas em potência. Disso é fácil concluir também que todos os entes que não são assim são de algum modo potenciais, pois, ainda que às vezes existam em ato, não lhes repugna existir às vezes só em potência, seja devido a uma potência passiva intrínseca, seja devido somente a uma potência ativa extrínseca com a potência lógica ou a não-repugnância da parte deles. É patente, portanto, que todo ente ou é totalmente em ato ou é de algum modo potencial no sentido mencionado.

16. *Explica-se o segundo* — Disso se pode inferir além que, também no segundo sentido, aquela divisão é universal e equivalente às anteriores. Com efeito, aquele ente, que é puramente atual segundo o existir, também é em si pura e simplesmente ato puro, isto é, em si e em sua entidade ou em sua constituição não admite nenhuma mistura de potência passiva, pois, onde quer que haja algum gênero de potência passiva, também há algum aspecto de causa material; ora, necessariamente a uma causa material corresponde uma causa eficiente, que operasse nela, a levando ao ato; com efeito, a potência passiva enquanto tal não pode se conduzir ao ato; logo, já que está muito distante do primeiro ente, o qual por si e essencialmente é tal em ato segundo toda sua perfeição, qualquer causa efetiva acerca dele, é necessário que ele também careça de qualquer potência passiva e, consequentemente, que seja ato puro. E por um discurso semelhante pode-se concluir em sentido contrário (como muitos estimam) que todo ente, que é potencial em relação ao existir, também é potencial na medida em que consiste de potência passiva de algum modo. Mas isso requer uma grande discussão e explicação, a qual apresentaremos a frente ao debater o ser e a essência da criatura; nos baste agora que a razão apresentada não segue uma proporção igual; com efeito, é necessário que à potência passiva corresponda uma ativa, pois é necessário que ela sofra [uma ação] de algo; mas à potência ativa, falando pura e simplesmente, não corresponde necessariamente uma potência passiva, pois não é necessário que o agente aja em algo ou a partir de algo; com efeito, pode fazer algo e a partir do nada; por isso, pela significação dos termos não parece necessário que todo ente que é potencial segundo o existir seja constituído de potência passiva. Entretanto, na coisa é verdade que todo ente desse tipo é potencial em razão da potência passiva, seja porque implica uma referência para ela, seja porque em razão dela pode se juntar a outro ato, seja porque ele mesmo é composto de tal potência e de ato. Mas não se pode explicar nesse lugar brevemente e como que de passagem de que modo alguma dessas [conclusões] se seguem da potencialidade anterior para existir, mas será falado adiante ao se explicar a natureza própria e a imperfeição do ente criado; por isso, no que diz respeito a esse lugar, é suficiente e é transparente o primeiro sentido da divisão acima transmitida nas palavras mencionadas.

*Confertur prima divisio cum caeteris et ex illis magis declaratur*

17. Ultimo tandem colligere licet ex omnibus dictis idem esse ferendum iudicium de hac divisione sub illis terminis in quibus proposita est, nam in re aequivalet praedictis; illud enim ens est infinitum simpliciter quod est primum et ex se est per essentiam suam; reliqua vero, quae sunt entia per participationem, finita sunt; et ita est sine dubio optima divisio, et in re non est dubium quin illi duo gradus seu ordines entium reperiantur et maxime inter se distinguantur. Et fortasse ideo sub his terminis a multis traditur haec divisio, quia per illos apertius significatur, illa duo membra esse maxime distantia ac primo diversa, ideoque ante omnia esse separanda ac distinguenda, quamvis alioqui difficilior sit quoad nos illam probare aut demonstrare, quia revera non est per se et ex terminis ita evidens dari in entibus aliquod infinitum (nam de finito non est difficultas) sicut est evidens dari aliquod ens independens ab alio. Neque etiam est per se notum illud ens quod est per essentiam tale esse consequenter infinitum. Unde hac de re ex professo agendum est infra, demonstrando Dei attributa, quantum ex lumine naturae colligi possunt.

18. *Finiti et infiniti rationes per analogiam ad quantitatem explicantur.*— Nunc solum declaratur divisio exponendo terminos, qui sumpti quidem sunt a nobis ex quantitate molis, translati vero sunt ad significandam quantitatem seu gradum perfectionis, quo modo dixit August., lib. VI de Trinit., c. 8: *In iis quae non mole magna sunt, hoc est maius esse quod est melius esse.* Nos enim, quia res non concipimus nisi per sensus, ad modum corporum et per proportionem ad illa, apprehendimus et explicamus reliqua omnia. In corporibus autem intelligimus unum esse finitum in quantitate, quatenus ad talem terminum pervenit et ultra non extenditur; et inter quantitates finitas intelligimus unam esse maiorem alia, quia ulteriorem terminum attingit, et ad declarandam certam rei magnitudinem utimur aliqua definita mensura, per cuius multiplicationem cognoscimus rem esse tantae, minoris, maiorisve quantitatis. Simili ergo analogia utimur ad declarandam perfectionem entitativam et virtutem activam rerum; apprehendimus enim in rebus quamdam veluti latitudinem perfectionis entis, in qua sunt varii gradus et quasi partes perfectionis, et unumquodque ens intelligimus esse finitum vel limitatum per quemdam proprium perfectionis gradum, qui ita intra suam perfectionem terminatur ut ab aliis praescindat easque nullo modo in se includat nec formaliter, nec virtualiter, et hoc modo vocamus omnia entia creata limitata et finita; et inter ea unum concipimus esse maius alio, quia intelligimus illud vel plures ex his perfectionibus participare, vel quasi maiorem quamdam partem perfectionis ex tota latitudine entis. Quoniam vero haec omnia entia participant perfectionem suam a quodam superiori ente,

*A primeira divisão é comparada com as outras e mais esclarecida a partir delas*

17. Por fim, pode-se inferir de tudo que foi dito, que o mesmo juízo deve ser emitido sobre essa divisão nos termos nos quais foi proposta, pois equivalem na coisa ao que foi dito. Com efeito, é pura e simplesmente infinito aquele ente que é primeiro e de si é por sua essência; os restantes, porém, que são entes por participação são finitos; sem dúvida, portanto, é uma ótima divisão e não há dúvida que na coisa se acham aqueles dois graus ou ordens de entes e que eles se distinguem entre si ao máximo. Essa divisão é transmitida por muitos nesses termos talvez porque através deles é significado de modo mais patente que aqueles dois membros são maximamente distantes e primeiramente diversos e, portanto, que devem ser separados e distinguidos antes que todos [outros], ainda que de outra parte, [isto é,] quanto a nós, seja mais difícil prová-la e demonstrá-la, pois em verdade não é tão evidente por si e a partir dos termos que há nos entes algo infinito (com efeito, não há dificuldade sobre o finito) como é evidente que há algum ente independente de outro. Também não é manifesto por si que aquele ente que é tal por essência é consequentemente infinito. Por isso, esse assunto deve ser tratado a seguir de maneira clara ao se demonstrar os atributos de Deus, na medida em que podem ser inferidas a partir da luz da natureza.

18. *As noções de finito e infinito são explicadas através de uma analogia com a quantidade* — Agora só se esclarece a divisão expondo os termos, os quais são tomados por nós da quantidade da massa e transferidos para significar a quantidade ou grau de perfeição, do modo como disse Agostinho no *Da Trindade VI, cap. 8*: “Naquilo que não é grande segundo a massa, ser maior é ser melhor”. Com efeito, como nós só concebemos as coisas através dos sentidos, apreendemos e explicamos ao modo dos corpos e através de uma proporção para com eles todo o restante. Ora, nos corpos inteligimos que algo é finito em quantidade na medida em que chega a tal termo e não se estende além e, entre as quantidades finitas, inteligimos que uma é maior que a outra, porque alcança um termo ulterior, e para manifestar uma certa grandeza da coisa usamos uma medida definida, por cuja multiplicação conhecemos que a coisa é de tanta quantidade ou de menor ou de maior. Logo, usamos de uma analogia semelhante para manifestar a perfeição entitativa e a virtude ativa das coisas; com efeito, apreendemos nas coisas como que uma certa amplidão de perfeição do ente, na qual há vários graus e como que partes de perfeição, e inteligimos que cada um dos entes é finito ou limitado através de um certo grau próprio de perfeição, que ele é limitado dentro de sua perfeição de um modo tal que está separado das outras e não as inclui de nenhum modo, nem formalmente nem virtualmente e chamamos desse modo todos os entes criados “limitados e finitos”. E concebemos que entre eles um é maior do que o outro, pois inteligimos que ele participa ou de um maior número dessas perfeições ou como que de uma parte maior da perfeição de toda a